

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO****SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA****NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS - NFS-e**

RPS Nº 1587, emitido em 01/12/2023

20231201u20390376000167

Número da Nota

00001587

Data e Hora de Emissão

01/12/2023 12:01:58

Código de Verificação

N8GP-B2YS**PRESTADOR DE SERVIÇOS**CPF/CNPJ: **20.390.376/0001-67**Inscrição Municipal: **4.986.681-8**Nome/Razão Social: **CARAVELAS CONSULTORIA E COMUNICACAO LTDA.**Endereço: **AL JOAQUIM EUGENIO DE LIMA 680, CONJ 171 - JARDIM PAULISTA - CEP: 01403-901**Município: **São Paulo**UF: **SP****TOMADOR DE SERVIÇOS**Nome/Razão Social: **FRANCISCO DANILO BASTOS FORTE**CPF/CNPJ: **121.337.283-68**Inscrição Municipal: **----**Endereço: **PC dos Três Poderes , Gabinete 219 - Zona Cívico-Administrativa - CEP: 70160-900**Município: **Brasília**UF: **DF**E-mail: **----****INTERMEDIÁRIO DE SERVIÇOS**CPF/CNPJ: **----**Nome/Razão Social: **----****DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Relações com a imprensa e consultoria estratégica;
Desenvolvimento da estratégia de posicionamento;
Definição de planejamentos de comunicação;
Revisão e atualização de materiais de apoio para o relacionamento com a imprensa e demais stakeholders: fact-sheets, perguntas e respostas, mensagens-chave, perfis de veículos e jornalistas;
Gerenciamento de atendimento à imprensa e análise de oportunidades;

DADOS BANCÁRIOS:

BANCO ITAÚ

AGÊNCIA: 3100

C/C: 24614-3

CARAVELAS CONSULTORIA E COMUNICAÇÃO LTDA

VALOR TOTAL DO SERVIÇO = R\$ 8.666,66

INSS (R\$)	IRRF (R\$)	CSLL (R\$)	COFINS (R\$)	PIS/PASEP (R\$)
-	-	-	-	-

Código do Serviço

02534 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

Valor Total das Deduções (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R\$)	Crédito (R\$)
0,00	8.666,66	5,00%	433,33	0,00
Município da Prestação do Serviço		Número Inscrição da Obra	Valor Aproximado dos Tributos / Fonte	
-		-	-	

OUTRAS INFORMAÇÕES

(1) Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei nº 14.097/2005; (2) Estabelecimento impedido de recolher o ICMS/ISS pelo Simples Nacional, nos termos do § 1º do art. 20 da Lei Complementar nº 123, de 2006.; (3) Esta NFS-e substitui o RPS Nº 1587, emitido em 01/12/2023;

RECIBO

Declaro para os devidos fins, como representante legal da Caravelas Consultoria e Comunicação Ltda – EPP, CNPJ nº 20.390.376/0001-67, que recebemos de FRANCISCO DANILO BASTOS FORTE, R\$ 8.666,66 (oito mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos), referente à prestação de relações com a imprensa e consultoria estratégica; desenvolvimento da estratégia de posicionamento; definição de planejamento de comunicação; Revisão e atualização de materiais de apoio para o relacionamento com a imprensa e demais stakeholders: fact-sheets, perguntas e respostas, mensagens-chave, perfis de veículos e jornalistas; gerenciamento de atendimento à imprensa e análise de oportunidades, conforme nota fiscal nº 1587.

São Paulo, 01 de dezembro de 2023.



Luiz Otávio Bueno Cabral

Sócio Proprietário

Relatório de atividades- Danilo Forte

Em novembro, atuamos no trabalho de relações públicas do deputado Danilo Forte (União-CE), com foco em aumentar a exposição da atuação parlamentar junto à imprensa nacional e local. Assim, realizamos os seguintes serviços:

- **Assessoria de Imprensa:** realização de conversas de relacionamento, elaboração de releases e artigos, agendamento de entrevistas e monitoramento do noticiário.
- **Comunicação estratégica:** elaboração de notas de bastidor e interlocução com os principais veículos de comunicação do país.
- **Atendimento:** disponibilização de uma coordenação e profissionais para atendimento integral do cliente, presencial e à distância.

Neste mês, conseguimos dar destaque na imprensa nacional aos projetos apresentados pelo cliente na Câmara dos Deputados, além de auxiliarmos na elaboração de conteúdo para redes sociais.

Dados de mídia

- **Valoração das matérias:** > R\$ 20.139.200
- **Total de notícias:** 6.409

Fonte: Knewin PR



InfoMoney

Divisão no governo gera ruídos sobre meta fiscal, mas déficit zero ainda pode cair de 2 formas

Com votação na CMO, governo perde opção de enviar mensagem presidencial para fazer mudança, mas ala política mantém pressão por déficit em 2024

A aprovação do parecer preliminar do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024 ontem (7) pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional com meta fiscal de déficit zero no ano que vem deu mais tempo para o Ministério da Fazenda na batalha pelo equilíbrio das contas públicas, mas não é garantia de que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) desistiu da ideia de flexibilizar o objetivo estabelecido.

A LDO dá as bases para a formulação do Orçamento em questão e deveria ter sido votado pelo parlamento até julho, mas teve seu calendário alongado por conveniência política – o que, inclusive, forçou o Poder Legislativo a ter um recesso informal no meio do ano, com todos os prazos regimentais para proposições contando mesmo com a paralisação de atividades nas duas casas.

Com a votação na CMO, o governo não tem mais a opção de enviar mensagem presidencial para modificar a meta de déficit zero em 2024. A ideia era defendida internamente por alguns integrantes do Palácio do Planalto, temerários com os riscos de o atual objetivo estabelecido resultar em um elevado contingenciamento no próximo exercício orçamentário em pleno ano eleitoral. Mas acabou não prosperando em meio à repercussão negativa de sinalizações atabalhoadas de mudanças.

Agora, caso queira modificar a meta fiscal – cenário ainda visto como o mais provável em Brasília –, o governo precisará lançar mão de outros instrumentos. O principal deles envolve o patrocínio a uma emenda a ser apresentada por congressista aliado sugerindo a alteração. Nesta hipótese, o prazo para que o movimento seja feito é até as 18h de 16 de novembro. Depois disso, é feito o relatório final, que deve ser entregue em 19 de novembro e votado na comissão no dia 22.

O relator da matéria, deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), afirmou, em conversa com jornalistas ontem, que o ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT), indicou que o governo pode fazer esse movimento até a próxima semana. O chefe da articulação política do governo é o principal defensor no Palácio do Planalto da mudança e que ela ocorra o mais breve possível, em oposição ao que deseja o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), que tenta ganhar tempo para fazer avançar sua agenda de arrecadação.

Já o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), tem dado indicações de que apóia a manutenção da meta atual. Em entrevista coletiva na semana passada, ele afirmou que não fazia sentido discutir a mudança dos objetivos no momento em que a equipe econômica se esforçava para aprovar uma agenda fiscal.

“O governo está estudando possibilidade de apresentar uma emenda para a revisão da meta. Essa resposta [se vai alterar a meta ou não] depende do governo, é uma iniciativa deles, não nossa. Ele [Costa] pediu um prazo para que seja apresentada ou não a emenda que vai refazer a revisão da meta. O ministro Rui ficou de tomar essa decisão [sobre revisão da meta] até o dia 16 de novembro”, disse Forte.



Orçamento de 2025 pode ter nova modalidade de emenda, diz relator da LDO

Danilo Forte afirmou que a medida "traz mais transparência" e precisa de debate

O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), deputado [Danilo Forte](#) (União-CE), prevê que uma nova modalidade de emenda parlamentar possa ser discutida em 2024 para valer no Orçamento de 2025.

Na última terça-feira (7), Forte chegou a dizer que o relatório final sobre a proposta contaria com a criação da emenda a ser distribuída pelos partidos às bancadas, legendada como Resultado Primário 5 (RP5).

FOLHA DE S. PAULO



Relator propõe novo tipo de emenda para driblar STF e atender parlamentares

Deputado Danilo Forte diz que pretende criar rubrica para distribuir verbas às bancadas partidárias de acordo com o tamanho de cada uma

BRASÍLIA O relator da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), afirmou nesta terça-feira (7) que pretende criar um novo tipo de emenda parlamentar que seria distribuída proporcionalmente ao tamanho das bancadas partidárias.

A Folha revelou em outubro a intenção dos parlamentares de instituir o que vem sendo chamado no Congresso de emenda de liderança.

Forte batizou a nova fonte de recursos de "emenda de bancada por partido". Ela ainda não consta do relatório preliminar da LDO, mas o deputado quer incluí-la no parecer final.

Lula reúne ministros da área econômica e recebe cenários para mudança da meta fiscal

Se presidente confirmar a alteração, encaminhamento formal deverá ser feito pelo relator da LDO, deputado Danilo Forte, ou por meio de membro do governo na CMO

BRASÍLIA – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu hoje à tarde com os ministros da área econômica para receber os possíveis cenários para o encaminhamento da **mudança da meta fiscal de 2024**.

O **Estadão** apurou que Lula não bateu o martelo na reunião, mas a percepção de ministros próximos segue a de que ele acabará decidindo pela alteração ainda em 2023, e não vai esperar para **fazê-lo em 2024, como preferia o ministro da Fazenda, Fernando Haddad**.

Hoje, a meta de 2024 prevê déficit zero nas contas públicas. A discussão gira entre mudar para um rombo de 0,25% ou 0,50% do Produto Interno Bruto (PIB).

Haddad participou da reunião, mas pouco falou. Nem mesmo sobre o potencial das medidas arrecadatórias que espera aprovar no Congresso, com a Medida Provisória (MP) que muda a tributação dos incentivos dados pelos Estados às empresas, **conhecida com “MP da subvenção”**. Lula ouviu os seus ministros, mas também não fez comentários.

Se o presidente confirmar a mudança, o encaminhamento formal será feito pelo **relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Danilo Forte (União-CE)**, ou por meio de algum membro do governo na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Em seguida, o Ministério do Planejamento encaminhará dados complementares ao projeto para o anexo de metas na LDO.



ELEIÇÕES 2024

FUNDO ELEITORAL DE 2024 ESTÁ SEM FONTE DE RECURSOS

Durante a discussão na [Comissão Mista de Orçamento](#) (CMO) sobre a [Lei de Diretrizes Orçamentárias](#) (LDO) de 2024, o relator [Danilo Forte](#)  (União-CE) alertou para um dos problemas que terão de ser enfrentados para a elaboração do próximo orçamento: não há definida uma fonte de recursos para arcar com o [fundo eleitoral](#) que será destinado aos [pleitos municipais](#).

O relator lembrou que, no orçamento para 2022, os recursos para arcar com o fundo eleitoral foram retirados da parcela que seria destinada às emendas parlamentares de bancada, cuja execução na época era discricionária, ou seja, cabia ao governo decidir ou não sobre a sua execução, dificultando a articulação para a redução de seus valores.

Além de fortalecidas, as emendas de bancada também ganharam importância para os gestores municipais e estaduais. “Os governadores e prefeitos estão de pires na mão, porque o governo fez uma opção errada com o ‘bolsa anfavea’ [subsídio para compra de carros populares], que tirou R\$ 7 bilhões do IPI e da contribuição de lucro líquido, que era dinheiro que ia ser distribuído aos estados e municípios, que ficaram sem dinheiro”, apontou.

Haddad se reúne com relator da LDO em meio à discussão sobre meta fiscal e nova emenda no Congresso

Governo decidiu que, por ora, não dará aval a nenhuma emenda propondo mudança na meta

O ministro da Fazenda, **Fernando Haddad**, se reúne nesta quinta-feira com o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, **Danilo Forte** (União-CE) e o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. O encontro, no Palácio do Planalto, ocorre em meio às discussões sobre eventual mudança na meta de zerar o rombo nas contas públicas.

Duas emendas foram apresentadas pelo deputado **Lindbergh Farias** (PT-RJ) à LDO, pedindo a alteração da meta fiscal do ano que vem. Uma delas prevê déficit de 0,75% do Produto Interno Bruto (PIB) e a outra, de 1%.

O GLOBO mostrou que o governo decidiu que, por ora, não dará aval a nenhuma emenda propondo mudança na meta, dando fôlego a **Fernando Haddad**. O prazo para a apresentação de sugestões ao texto expira amanhã.

Além da meta fiscal, há pressão do Congresso para a criação de uma nova emenda que substitua o extinto orçamento secreto, suspenso pelo Supremo Tribunal Federal (STF).



Relator confirma que meta fiscal para 2024 será de deficit zero

Deputado Danilo Forte (União Brasil-CE) discutiu votação da LDO com a equipe econômica; deve apresentar relatório até 3ª

O relator do projeto da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), deputado [Danilo Forte](#) (União Brasil-CE), disse nesta 5ª feira (16.nov.2023) que o governo decidiu manter a meta fiscal de deficit zero para 2024 no texto que o Congresso votará a partir da próxima semana.

"O governo manteve a posição dele, de meta fiscal zero. Tirou qualquer possibilidade de emenda ao relatório, qualquer mensagem modificativa do que está sendo decidido e a preservação do arcabouço fiscal. O importante é que isso dá equilíbrio à tomada de posição e a garantia de que vamos trabalhar agora para concluir a votação do orçamento para dar ao país um orçamento factível em 2024", disse Forte a jornalistas após ter participado de reunião com os ministros da junta orçamentária no Palácio do Planalto.

InfoMoney

Relator quer preservar agro de bloqueios no Orçamento de 2024

"Muitas vezes a safra não pode esperar", disse Danilo Forte em reunião com a Frente Parlamentar do Empreendedorismo

O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), quer preservar o agronegócio de bloqueios de recursos no próximo ano.

Entre as despesas que não poderão ser restringidas estariam o Seguro Rural, verbas da Embrapa ligadas à pesquisa e ao desenvolvimento, defesa agropecuária e assistência técnica e extensão rural, que são ligadas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

"Muitas vezes a safra não pode esperar", disse Forte em reunião com a Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE). "Fiz uma reunião com alguns setores e bancadas na Câmara e foram levantadas essas questões, que a gente já está atendendo dentro do relatório que vai ser concluído até amanhã (hoje)", disse. Forte afirmou que a votação de seu parecer na Comissão Mista de Orçamento (CMO) só deve ocorrer no começo da próxima semana.

Danilo Forte diz que ministros ganham pouco e indica que liberará custeio de passagens

Ministros ganham o mesmo salário dos deputados e senadores: R\$ 39.293,32; valor é 13,5 vezes superior ao da média da população do país, de R\$ 2.909

Relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, o deputado **Danilo Forte (União-CE)** afirmou nessa terça-feira que deve aceitar o pedido do governo para permitir que os ministros do Executivo e do Supremo Tribunal Federal (STF) possam voltar para seus Estados de origem **com diárias e passagens de avião pagas com dinheiro público**, do Orçamento.



"Acho que é justo. Não é imoral, ilegal. Sai muito mais barato que pagar jatinho da FAB [Força Aérea Brasileira] para levá-los, pode ter certeza disso", afirmou o deputado, após reunião com a Frente Parlamentar pelo Empreendedorismo (FPE). "Do salário dele [ministro], é meio complicado, não é não? O salário dele já é muito pouco. Ministro ganha menos do que deputado, não ganha?", perguntou à imprensa.



Governo vê relator da LDO como 'presidente do sindicato dos deputados'



Ouvir artigo - 3 minutos



O ministro Paulo Pimenta (Secretaria de Comunicação Social) chamou o relator da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de "presidente do sindicato dos deputados". Danilo Forte (União-CE) tem defendido demandas dos parlamentares na proposta que vai definir as regras para o Orçamento de 2024.



Deputado federal Danilo Forte, relator da LDO
Imagem: Divulgação/Câmara dos Deputados

O que aconteceu

- Forte trabalha, por exemplo, para incluir no texto um cronograma de pagamento das emendas impositivas (individuais e de bancadas) e, assim, tentar resolver o atraso na liberação dos recursos. Isso é alvo constante de reclamação de deputados e senadores na negociação com o governo em votações.

“LDO atrasou porque contas não fecharam”, diz relator

Danilo Forte defende que governo não conseguiu costurar acordos para garantir arrecadação, o que motivou atraso na análise da LDO

O deputado Danilo Forte (União-CE), **relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) no Congresso Nacional**, afirmou, nesta terça-feira (21/1), que a análise do texto foi atrasada porque o governo federal não conseguiu fechar as contas.

A declaração foi feita após reunião com a bancada que compõe a Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE). Durante a conversa com os parlamentares, Forte afirmou que o governo contou com a aprovação de medidas econômicas no Congresso para garantir arrecadação de verbas, mas que não conseguiu criar um acordo para aprovar as pautas.

PODER 360



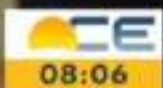
Relator da LDO, Danilo Forte diz que economia dificulta parecer

Relator do PLDO de 2024 admite que está difícil fechar relatório final

Deputado Danilo Forte (União-CE), relator do PLDO de 2024, diz que, com a piora das estimativas até mesmo do governo para a economia, só conseguirá fechar o texto na semana que vem

Diante da recente piora das estimativas do governo federal para a economia e as receitas deste ano, o relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024, deputado Danilo Forte (União-CE), emitiu uma nota, nesta sexta-feira (24/11), informando que só vai conseguir apresentar o texto final da matéria para votação no plenário do Congresso no começo da próxima semana.

"Infelizmente, não vai dar para entregar hoje (o relatório). Mas espero que, com a votação na terça-feira e com o relatório que conversaremos com a senadora Dorinha (União-TO), na segunda-feira, teremos condições de entregar uma peça mais real, consistente, factível do jeito que sempre pensamos em fazer", destacou Forte, no comunicado, que foi divulgado junto com um vídeo dele com técnicos da Câmara.



DEPUTADOS ARTICULAM DERRUBADA DE VETOS DO PRESIDENTE LULA

Governo e parlamentares estão debatendo 34 pontos; novas medidas serão apresentadas

